



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 19217/2023

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de OPME – ORTOPEDIA para atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição acostada aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação Legal: A presente aquisição se dará na modalidade Pregão Eletrônico, via Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Complementar nº 123/06;

1.5. Tipo: Menor preço por lote nos termos da Lei 8.666/1993;

Os motivos para a adoção do critério de julgamento do tipo menor preço por lote foram apontados no item 8 do Estudo Técnico Preliminar "Justificativas para o parcelamento ou não da solução".

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
LOTE 1 - TRAUMA COMUM / UNIVERSAL				
1	439229	ARRUELA LISA 7.0	UN	50
2	455758	ARRUELA 3,5	UN	100
3	455758	ARRUELA 4,5	UN	50
4	444011	FIO GUIA (DIVERSOS)	UN	100
5	444413	PARA FUSO ESPONJOSO DCP 6.5. E 4.5	UN	70



6	462068	PARAFUSO 2.7	UN	500
7	466790	PARAFUSO ANTI ROTATÓRIO	UN	300
8	436672	PARAFUSO CANULADO 3,5MM	UN	100
9	443277	PARAFUSO CANULADO 4,5MM	UN	100
10	436666	PARAFUSO CANULADO 7,0MM	UN	100
11	436630	PARAFUSO CORTICAL DCP 3.5	UN	1000
12	440495	PARAFUSO CORTICAL DCP 4.5	UN	1600
13	453981	PARAFUSO DESLIZANTE	UN	300
14	443799	PARAFUSO ESPONJOSO 6,5	UN	50
15	443798	PARAFUSO ESPONJOSO DCP 4.0	UN	280
16	473435	PLACA 1/3 OU TUBULAR DCP 3.5	UN	200
17	453955	PLACA COMPRESSÃO ESTREITA DCP	UN	100
18	453955	PLACA COMPRESSÃO LARGA DCP	UN	100
19	440232	PLACA L OU T DCP 2,7	UN	30
20	440305	PLACA PARA CALCÂNEO DCP	UN	35
21	435379	PLACA RECONSTRUÇÃO 3.5 DCP	UN	40
22	450191	PLACA RECONSTRUÇÃO DCP	UN	30
23	440956	PLACA RETA 2.7	UN	40
24	443672	PLACA RETA COMPRESSÃO DCP 3.5	UN	100
25	443616	PLACA SEMI TUBULAR DCP	UN	14
26	443616	PLACA SEMI TUBULAR DCP 2.7	UN	70
27	443705	PLACA T OU L DCP	UN	70
28	443621	PLACA T OU L DCP 3.5	UN	70
29	437617	PLACA TUBO COMUM 135G (DHS)	UN	100
30	459269	PLACA TUBO COMUM 95G (DCS)	UN	70
LOTE 2 - TRAUMA BLOQUEADO				
31	436631	PARAFUSO CORTICAL 3,5 BLOQ	UN	700
32	443323	PARAFUSO CORTICAL 4,5 BLOQ	UN	400
33	473439	PLACA 1/3 – 3,5 BLOQ	UN	40
34	440305	PLACA CALCÂNEO BLOQ	UN	20
35	471044	PLACA CONDÍLEA	UN	50
36	443621	PLACA EM T E L – 3,5 BLOQ	UN	28
37	441563	PLACA RETA ESTREITA 4,5 BLOQ	UN	30
38	441563	PLACA RETA LARGA 4,5 BLOQ	UN	50
39	444007	PLACA T, L E SUSTENTAÇÃO PROX TÍBIA, SUPORTE 4,5 BLOQ	UN	50
40	435680	PLACA TÍBIA DISTAL BLOQ	UN	40
41	435696	PLACA ÚMERO PROX BLOQ (ATÉ 5 FUROS)	UN	48
42	435697	PLACA ALTA COMPRESSÃO A.C. RETA BLOQ 3.5	UN	180
LOTE 3 - HASTE INTRAMEDULAR				



43	455323	HASTE CEFÁLICA CURTA	UN	100
44	455323	HASTE CEFÁLICA LONGA	UN	40
45	455323	HASTE DE FÊMUR	UN	50
46	455323	HASTE DE TÍBIA	UN	50
47	455323	HASTE RETROGRADA DE FEMUR	UN	20
48	455298	HASTE UMERAL	UN	40
49	440530	PARAFUSO - TAMPÃO	UN	150
50	466790	PARAFUSO – PINO DE TRAVA	UN	150
LOTE 4 - MATERIAL DE FIXAÇÃO TEMPORÁRIA/ PROVISÓRIA				
51	443243	ÂNCORA POLIÉSTER	UN	63
52	474418	CABO DE CERCLAGEM COM PRESILHA	UN	17
53	448654	FIO DE CERCLAGEM	UN	50
54	444011	FIO DE KIRCHNER	UN	423
55	444011	FIO STEINMAN LISO	UN	400
56	424231	FIXADOR DE PUNHO - COLLES	UN	29
57	424231	FIXADOR LINEAR (ESTÉRIL)	UN	221
58	365417	MINI FIXADOR EXTERNO	UN	34
59	443508	PINO DE SHANTZ COMPATIVEL COM ITENS 56, 57 E 58	UN	2.909

2.2 A contratada deverá fornecer em regime de comodato as caixas correspondentes à especialidade.

3 - DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição tem por finalidade assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das cirurgias de urgência, emergência ou, em alguns casos, cirurgias eletivas realizadas no Hospital Municipal Raul Sertã. Trata-se de aquisição de um material de extrema importância e essencialidade à rotina da Unidade hospitalar sobretudo na utilização em procedimentos cirúrgicos, otimizando e aprimorando o serviço ofertado pelo nosocômio.

3.3. Ressaltasse-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo do material solicitado foram indicados pela equipe técnica da Unidade Hospitalar, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas em seus anexos.

4. DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS



- 4.1. Os itens solicitados contêm exigências específicas como comodato de caixas cirúrgicas.
- 4.2. Todas as caixas disponibilizadas deverão ser 100% compatíveis com os produtos adquiridos para o uso;
- 4.3. Caso seja necessário, a Contratada deverá ainda oferecer a manutenção e/ou substituição do instrumental contido nas caixas;
- 4.4. Caso necessário a substituição de qualquer material por dano não reparável deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias;
- 4.5. Ademais, cabe ressaltar que os equipamentos deverão ser mantidos nas unidades Requisitantes até o esgotamento dos materiais vinculados ao uso dos mesmos.
- 4.6. A empresa ganhadora deverá fornecer os instrumentais necessários para uso dos materiais, assim como treinamentos aos profissionais do centro cirúrgico.
- 4.7. As caixas que ficarão à disposição do Centro Cirúrgico deverão ser em número suficiente para atender a demanda da especialidade, recebendo reposição constante dos itens que vão sendo utilizados.
- 4.8. A empresa deverá fornecer de imediato, planilha indicando a nomenclatura dos materiais constantes nas notas fiscais, relacionando com os nomes constantes nos itens deste Termo de Referência, afim de facilitar a correção das notas.
- 4.9. A cada 30 dias a empresa deverá emitir de forma planilhada o saldo existente e o saldo utilizado no período, sempre identificando a que item desta requisição o material faz referência.

5. DO LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pela Unidade Requisitante, com prazo de entrega não superior a 05 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.2 A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, após emitida Nota de Empenho, no endereço e horário abaixo:

* HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO: Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, nos horários de 09h00min às 16h00min (respeitando o horário de almoço: 12h00 às 13h00min);

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA



6.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos materiais no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

6.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 5.2 deste Termo de Referência.

6.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.4. Em hipótese alguma serão aceitos materiais em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

6.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

6.5.1. Entregar os materiais contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

6.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

6.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.



8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

9.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30.39;

9.1.2. Fonte de recurso 1600 – SUS;

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.1030200852.202;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

10 – DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

11 – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;



11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11. 2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.4 *As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme dispõe o art. 58 da lei 11.101/2005.*

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o material com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou Ata de Registro de Preços.

14.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.



14.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

17.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:



SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Antônio Carlos Sant'Ana	207.630	Superior Imediato
MIKHAIL MAFORT FREIRE DA SILVA	190.234	Fiscal Titular
ANELISA VALLE WERNEK VIANA	062.962	Fiscal Substituta
HIGOR DE BARROS PINTO	063.344	Gestor Titular
DIANA ROCK ECARD	063.230	Gestora Substituta

17.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

17.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

18.1.1 - Comete infração administrativa a contratada que:

18.1.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.1.2 - Apresentar documentação falsa;

18.1.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.1.4 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.1.5 - não mantiver a proposta;

18.1.1.6 - cometer fraude fiscal;

18.1.1.7 - comportar-se de modo inidôneo;

18.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o



conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3 - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

18.3.1 - Advertência;

18.3.2 - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

18.3.3 - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

18.3.4 - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.3.5 - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.3.6 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.3.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

18.3.8 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

18.3.9 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

18.3.10 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

19 - DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de



Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

19.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

20.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Termo de referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos e Contratos – SMS
Matrícula 063.344

Ratifico o teor do presente Termo de Referência nos termos da Lei 8.666/93:

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2023.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137